ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE: REFLEXÕES SOBRE O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Raylessa Vieira Maciel[1]
Andreza Vidal Bezerra[2]

RESUMO

Nas últimas décadas, o debate sobre inclusão, acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas tem se intensificado, evidenciando a necessidade de formação inicial e continuada de professores para atender às demandas do público da Educação Especial (Mantoan, 2015). Documentos legais brasileiros, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Lei Brasileira de Inclusão, reforçam a responsabilidade dos sistemas de ensino em garantir profissionais qualificados e preparados para promover a inclusão escolar. Entretanto, estudos apontam que muitos docentes ainda enfrentam dificuldades relacionadas à falta de formação específica para o trabalho pedagógico com estudantes com deficiência. Nesse contexto, o Plano Educacional Individualizado (PEI) destaca-se como uma estratégia pedagógica voltada à adaptação curricular e à promoção de um processo de ensino-aprendizagem mais acessível. O objetivo deste estudo é articular a literatura sobre o Plano Educacional Individualizado e a prática docente em Língua Portuguesa, contribuindo para reflexões acerca da formação docente em uma perspectiva inclusiva. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada em livros, artigos científicos e outras produções acadêmicas. O levantamento teórico foi realizado em bases de dados como SciELO, Google Acadêmico, Periódicos CAPES e o Repositório Digital do IFPB, utilizando descritores relacionados à formação docente, educação inclusiva e Plano Educacional Individualizado. Como resultados preliminares, a literatura analisada evidencia lacunas na formação docente voltada à educação inclusiva, especialmente no que se refere à elaboração e implementação do PEI, indicando a necessidade de ampliar discussões e práticas formativas voltadas à inclusão no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação Especial, Plano Educacional Individualizado, Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.** Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 out. 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em 25 nov. 2025.

[1]Licencianda em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa, Bolsista do PIBID, IFPB Campus Sousa-PB, raylessa.vieira@academico.ifpb.edu.br
[2]Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, andrezavidal@hotmail.com

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em 25 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.